

.....

# SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>XXIII</b>
---------------------------	--------------

## PARTE I

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<b>Capítulo 1 – A evolução da proteção social no Brasil.....</b>	<b>3</b>
1.1 Primeiras regras de proteção.....	4
1.2 A Lei Eloy Chaves.....	5
1.3 Os institutos de classe.....	6
1.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	8
1.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	10
1.6 A criação do INSS e as primeiras reformas .....	13
1.7 A Emenda Constitucional n.º 20, de 1998 .....	15
1.8 O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo.....	18
1.9 As Emendas Constitucionais n.ºs 41 e 42, de 2003.....	19
1.10 A Emenda Constitucional n.º 47, de 2005.....	20
<b>Capítulo 2 – Princípios do Direito Previdenciário.....</b>	<b>23</b>
2.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário .....	24
2.1.1 Princípio da solidariedade.....	24
2.1.2 Princípio da vedação do retrocesso social.....	24
2.1.3 Princípio da proteção ao hipossuficiente.....	25
2.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social .....	26
2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento.....	27

2.2.2	Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	28
2.2.3	Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços .....	28
2.2.4	Irredutibilidade do valor dos benefícios.....	29
2.2.5	Equidade na forma de participação no custeio.....	29
2.2.6	Diversidade da base de financiamento.....	29
2.2.7	Caráter democrático e descentralizado da administração.....	30
2.3	Princípios específicos de custeio.....	30
2.3.1	Do orçamento diferenciado .....	30
2.3.2	Da precedência da fonte de custeio.....	32
2.3.3	Da compulsoriedade da contribuição.....	33
2.3.4	Da anterioridade tributária em matéria de contribuições sociais.....	33
2.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	34
2.4.1	Da filiação obrigatória .....	34
2.4.2	Do caráter contributivo .....	35
2.4.3	Do equilíbrio financeiro e atuarial .....	36
2.4.4	Da garantia do benefício mínimo .....	36
2.4.5	Da correção monetária dos salários de contribuição ....	37
2.4.6	Da preservação do valor real dos benefícios .....	37
2.4.7	Da facultatividade da previdência complementar .....	38
2.4.8	Da indisponibilidade dos direitos dos beneficiários.....	38
	<b>Capítulo 3 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário .....</b>	<b>41</b>
3.1	Antinomias e critérios de solução .....	42
3.2	Lacunas do ordenamento e sua solução.....	43
3.3	Interpretação das normas .....	45
3.4	Vigência e eficácia das normas no tempo.....	46
3.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	47
	<b>Capítulo 4 – A organização da Seguridade Social .....</b>	<b>53</b>
4.1	Sistema Nacional de Seguridade Social.....	53
4.2	Ministérios da área da Seguridade Social .....	54
4.3	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	55
4.4	Gestão descentralizada.....	59

4.5 Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS.....	59
4.6 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	59
4.7 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	62
4.8 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	63
4.9 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	65
4.10 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	66
4.11 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF .....	69
<b>Capítulo 5 – Modelos e Regimes de Previdência .....</b>	<b>71</b>
5.1 Tipos de Sistemas.....	71
5.1.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	71
5.1.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização....	72
5.1.3 Sistemas privados de previdência.....	73
5.2 Demais regimes previdenciários existentes no Brasil.....	74
5.2.1 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios .....	75
5.2.2 Regime Previdenciário Complementar .....	94
5.2.3 Regime dos Militares das Forças Armadas .....	98

## Parte II

### O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo Único – O Regime Geral de Previdência Social .....</b>	<b>103</b>
1.1 Beneficiários do RGPS: segurados e dependentes.....	106
1.1.1 Segurados.....	106
1.1.1.1 Segurados obrigatórios .....	106
1.1.1.2 Segurados facultativos.....	112
1.1.1.3 A menoridade e a filiação como segurado.....	114
1.1.1.4 Aposentado que retorna à atividade.....	116
1.1.2 Dependentes.....	117
1.2 Filiação.....	126
1.3 Manutenção e perda da qualidade de segurado .....	127
1.3.1 Tabela para verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça legal) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes.....	134
1.4 Tempo de serviço/contribuição para fins previdenciários .....	136
1.4.1 Prova do tempo de contribuição.....	140

1.4.2	Reconhecimento do tempo de filiação.....	144
1.4.3	Atividade rurícola e o regime de economia familiar .....	145
1.4.4	Tempo como aluno-aprendiz.....	153
1.4.5	Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	155
1.4.6	Contagem recíproca do tempo de contribuição .....	159
1.4.6.1	Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição.....	162
1.4.7	Justificação Administrativa.....	163
1.5	Períodos de carência .....	164
1.5.1	Tabela de carência exigida até 2011 .....	172
1.5.2	Tabela de início de contagem de carência de acordo com a forma de filiação.....	174
1.6	Concessão da prestação previdenciária .....	176
1.6.1	Suspensão do benefício.....	181
1.6.2	Cancelamento do benefício .....	183
1.6.3	Abono anual .....	185

### Parte III

## A POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA

<b>Capítulo 1 – Processo administrativo previdenciário .....</b>	<b>189</b>
1.1 Modelos de requerimentos administrativos.....	197
1.1.1 Conferência das informações constantes no CNIS.....	197
1.1.2 Pedido de atualização dos dados do CNIS.....	200
1.1.2.1 Requerimento de atualização do CNIS.....	207
1.1.2.2 Requerimento de cadastramento de senha para acesso ao CNIS pelo <i>site</i> do INSS .....	207
1.1.3 Requerimento de concessão de benefício.....	207
1.1.3.1 Requerimento genérico de concessão de benefício .....	213
1.1.3.2 Pedido de utilização de documentos já anexados a outro requerimento de benefício (resposta à carta de exigência do INSS).....	213
1.1.4 Requerimento de cancelamento do benefício.....	214
1.1.5 Requerimento de cópia integral do Processo Administrativo.....	215
1.1.6 Pedido de restituição ou compensação de contribuições pagas a maior.....	216

<b>Capítulo 2 – Recursos no âmbito administrativo.....</b>	<b>221</b>
2.1 Juntas de Recursos (1.º grau) .....	222
2.1.1 Recurso Ordinário para a Junta de Recursos do CRPS..	223
2.2 Câmaras de Julgamento – CaJ.....	224
2.3 Conselho Pleno do CRPS.....	225
2.3.1 Pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito administrativo.....	225
2.3.1.1 Pedido de uniformização de jurisprudência em tese.....	226
2.3.1.2 Pedido de uniformização de jurisprudência em matéria de direito.....	226
<b>Capítulo 3 – Prazos e intimações no âmbito administrativo.....</b>	<b>229</b>
3.1 Pautas de julgamento, sessões e acórdãos das Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento.....	231
3.2 Diligências .....	232
3.3 Intimações no âmbito administrativo .....	232
<b>Capítulo 4 – Incidentes processuais no âmbito administrativo.....</b>	<b>235</b>
4.1 Embargos.....	235
4.2 Pedido de correção de erro material .....	236
4.3 Revisão de ofício.....	237
4.4 Conflito de competência .....	238
4.5 Reclamação por não cumprimento.....	238

## Parte IV

### A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL

<b>Capítulo 1 – Ações para concessão de aposentadorias voluntárias.....</b>	<b>243</b>
1.1 Aposentadoria por tempo de contribuição .....	245
1.1.1 Contribuinte individual e facultativo.....	249
1.1.2 Período de carência.....	251
1.1.3 Data de início do benefício.....	252
1.1.4 Renda mensal inicial.....	252
1.1.5 Aposentadoria do professor.....	254
1.1.5.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	256
1.1.6 Aplicação de novos critérios para as aposentadorias....	259

1.2 Aposentadoria por idade.....	261
1.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural .....	264
1.2.1.1 Aposentadoria por idade “Mista” ou “Híbrida” da Lei n.º 11.718/2008.....	269
1.2.2 Período de carência .....	273
1.2.3 Data de início do benefício.....	274
1.2.4 Renda mensal inicial.....	274
1.2.5 Sugestão de questionário para ações de concessão de benefício rural .....	275
1.2.6 Documentos e dados a serem solicitados para o segu- rado nas ações que envolvam trabalho rural.....	276
1.3 Aposentadoria especial .....	278
1.3.1 Período de carência .....	285
1.3.2 Data de início do benefício.....	286
1.3.3 Renda mensal inicial.....	286
1.3.4 Conversão do tempo de serviço especial .....	286
1.3.4.1 Tipos de trabalho para enquadramento em atividade especial .....	290
1.3.4.2 Agentes nocivos .....	292
1.3.4.3 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo Ruído.....	292
1.3.4.4 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo Frio.....	297
1.3.4.5 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo Calor.....	299
1.3.4.6 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo Eletricidade.....	302
1.3.5 Comprovação do exercício de atividade especial .....	304
1.3.5.1 Tabela de enquadramento legislativo do período de atividade especial .....	308
1.4 Desaposentação.....	309
1.4.1 Desaposentação e decadência.....	314
1.4.2 Desaposentação e valor da causa .....	315
1.5 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos ...	316

## **Capítulo 2 – Ações para concessão e restabelecimento de benefícios por incapacidade.....**

2.1 Auxílio-doença.....	319
2.1.1 Perícia médica nos benefícios por incapacidade .....	322

2.1.2	Período de carência .....	326
2.1.3	Data de início do benefício .....	328
2.1.4	Renda mensal inicial .....	334
2.1.5	Processo de reabilitação .....	335
2.1.6	Situação trabalhista .....	336
2.1.7	Cessação do benefício .....	340
2.1.8	Sistema "Data Certa", pedido de prorrogação e pedido de reconsideração .....	341
2.2	Aposentadoria por invalidez .....	345
2.2.1	Período de carência .....	349
2.2.2	Data de início do benefício .....	350
2.2.3	Renda mensal inicial .....	352
2.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho .....	354
2.2.5	Transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade .....	356
2.3	Auxílio-acidente .....	360
2.3.1	Período de carência .....	363
2.3.2	Data de início do benefício .....	363
2.3.3	Renda mensal inicial .....	364
2.3.4	Suspensão e cessação do benefício .....	367
2.3.5	Exemplos de quesitos para perícia médica (ação previdenciária) .....	369
2.3.6	Questionário médico para ser preenchido pelo médico que faz o tratamento do segurado .....	371
2.4	Pontos destacados sobre acidente de trabalho e doenças ocupacionais .....	371
2.4.1	Evolução histórica da proteção acidentária .....	372
2.4.2	Conceito de acidente do trabalho .....	374
2.4.3	Doenças ocupacionais .....	377
2.4.4	Nexo causal e concausalidade .....	379
2.4.4.1	A presunção de nexo causal – Nexo Técnico Epidemiológico .....	382
2.4.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente .....	388
2.4.6	A comunicação do acidente de trabalho .....	388
2.4.7	Responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho .....	390

2.4.7.1	Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	391
2.4.7.2	Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	392
2.4.7.3	A teoria do risco social – Cobertura pela previdência social.....	392
2.4.7.4	Responsabilidade penal.....	392
2.4.7.5	Sanções administrativas.....	393
2.4.8	Direito à indenização civil.....	393
2.4.9	O direito de regresso da previdência em face do empregador.....	409
2.4.10	Estabilidade do empregado acidentado.....	412

### **Capítulo 3 – Ações para concessão de benefício assistencial ao idoso e ao deficiente físico – LOAS..... 417**

### **Capítulo 4 – Ações para concessão de benefícios de proteção à família e à maternidade..... 427**

4.1	Pensão por morte.....	427
4.1.1	Período de carência.....	434
4.1.2	Data de início do benefício.....	435
4.1.3	Renda mensal inicial.....	436
4.1.4	Cessação do benefício.....	439
4.1.5	Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho.....	441
4.2	Auxílio-reclusão.....	441
4.2.1	Período de carência.....	446
4.2.2	Data de início do benefício.....	446
4.2.3	Renda mensal inicial.....	446
4.2.4	Cessação e suspensão do benefício.....	447
4.3	Salário-maternidade.....	448
4.3.1	Período de carência.....	451
4.3.2	Duração do salário-maternidade.....	452
4.3.3	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	453
4.3.4	Prazo para requerimento do salário-maternidade.....	454
4.3.5	Renda mensal.....	455
4.3.6	Cessação do benefício.....	457



4.4 Salário-família .....	457
4.4.1 Período de carência .....	459
4.4.2 Data de início do benefício.....	460
4.4.3 Renda mensal inicial.....	460
4.4.4 Perda do direito.....	461

## **Capítulo 5 – Regras gerais sobre os cálculos dos benefícios e ações revisionais .....**

5.1 Acumulação de benefícios.....	463
5.2 Cálculo do valor dos benefícios .....	467
5.2.1 Salário de benefício e período básico de cálculo .....	468
5.2.1.1 Atividades concomitantes .....	474
5.2.1.2 Fórmula de Cálculo do Salário de Benefício.....	477
5.2.2 Fator previdenciário.....	479
5.2.2.1 Fórmula de cálculo do fator previdenciário.....	482
5.2.2.2 Afastamento da incidência do fator previden- ciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	482
5.3 Tabela resumida com a forma de cálculo dos salários de be- nefício após a Lei n.º 9.876, de 28.11.1999).....	483
5.4 Renda mensal inicial.....	484
5.4.1 Tabela de coeficiente de cálculo dos benefícios desde 1979.....	487
5.5 Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	488
5.5.1 Índices de correção dos salários de contribuição (ORTN- OTN).....	490
5.5.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios e tabela da contadoria judicial de Santa Catarina.....	493
5.5.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura de Ação Civil Pública.....	495
5.5.2 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	496
5.5.3 Tabela IRSM.....	499
5.5.4 Apuração da renda mensal inicial do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n.º 8.213/1991 .....	501
5.5.5 Súmula n.º 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos para benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença .....	504

5.5.6	Revisão com inclusão do 13.º salário e do adicional de férias na base de cálculo do salário de benefício.....	506
5.5.7	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior à DER.....	511
5.5.8	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício .....	512
5.5.9	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	514
5.5.10	Primeiro reajuste após a concessão do benefício .....	516
5.5.11	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade .....	517

## **Capítulo 6 – Ações sobre a aplicação do limite máximo de benefício (teto).....**

6.1	Valor limite dos benefícios previdenciários (teto) .....	519
6.2	Ação para aplicação dos novos tetos trazidos pelas Emendas Constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003 nos benefícios concedidos anteriormente.....	520
6.3	“Buraco verde” para o “buraco negro” .....	523
6.3.1	O “buraco negro” e a aplicabilidade da Lei n.º 8.213/1991 aos benefícios concedidos durante o período de 5.10.1988 a 5.4.1991 .....	524
6.3.2	Da Lei n.º 8.870/1994 e da necessidade de revisão de todos os benefícios concedidos com base na Lei n.º 8.213/1991 frente ao erro cometido pelo legislador .....	526
6.3.3	Conclusão sobre o tema.....	532
6.4	Tabela de tetos desde 1982 .....	533

## **Capítulo 7 – Benefícios extintos e teses superadas.....**

7.1	Benefícios extintos.....	535
7.1.1	Renda mensal vitalícia .....	535
7.1.2	Auxílio-natalidade .....	536
7.1.3	Auxílio-funeral .....	537
7.1.4	Pecúlio .....	537
7.1.5	Abono de permanência em serviço .....	538
7.1.6	Aposentadorias diferenciadas.....	539
7.2	Majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte.....	540
7.3	Demais revisões decorrentes da Lei n.º 9.032/1995 .....	541

7.4	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003...	542
7.5	Conversão dos benefícios em URV .....	543
7.6	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis n.ºs 8.542/1992 e 8.700/1993.....	544
7.7	Expurgos inflacionários de janeiro/1989, março/abril/maio/1990 e fevereiro/1991.....	545
7.8	Súmula n.º 260 do Tribunal Federal de Recursos para os benefícios que não o auxílio-doença seguido de aposentadoria por invalidez .....	546
7.9	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	547
7.10	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	548
7.11	Manutenção do valor real dos benefícios mediante a equivalência do valor dos benefícios em números de salários mínimos.....	549
7.12	Valor mínimo dos benefícios .....	550
7.13	Gratificação natalina de 1988/1989.....	551
7.14	URP de fevereiro de 1989 .....	551
7.15	Reajuste de setembro de 1991 – abono da Lei n.º 8.178/1991... ..	551
7.16	Reajustes pelo salário mínimo de referência .....	552
7.17	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição Federal de 1988 .....	552
7.18	Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença .....	553
<b>Capítulo 8</b>	<b>Aspectos processuais .....</b>	<b>555</b>
8.1	Ações previdenciárias.....	555
8.1.1	Competência para as ações previdenciárias .....	556
8.1.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	557
8.1.1.2	Competência federal delegada.....	558
8.1.1.3	Ações acidentárias.....	559
8.1.1.4	Causas referentes a benefício assistencial .....	561
8.1.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	562
8.1.1.6	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	565

8.2	Prévio requerimento na via administrativa.....	566
8.3	Juizados Especiais Federais.....	569
8.3.1	Competência dos JEFs.....	572
8.3.2	Valor da causa.....	573
8.3.3	Renúncia.....	574
8.3.4	Legitimidade.....	575
8.3.5	Sentença líquida.....	576
8.3.6	Cumprimento de sentença nos JEFs.....	577
8.3.7	Nulidades.....	578
8.3.8	Custas e honorários advocatícios.....	578
8.4	Justiça gratuita e assistência judiciária.....	581
<b>Capítulo 9</b>	<b>Prescrição e decadência.....</b>	<b>587</b>
9.1	Prescrição do direito a prestações.....	587
9.2	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	591
9.2.1	Evolução legislativa.....	591
9.2.2	Da aplicação do instituto da decadência no Direito Previdenciário brasileiro.....	596
9.2.3	Da decadência no caso das ações para contagem ou averbação de tempo de serviço/contribuição.....	600
9.2.4	Aplicação do prazo de decadência nos pedidos de desaposentação.....	606
9.2.5	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	607
9.2.6	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	608
9.2.6.1	Da definição de causa interruptiva de prazo prescricional ou decadencial e da possibilidade de sua criação expressa por lei.....	609
9.2.7	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	612
9.2.8	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	613
9.2.9	Conclusões sobre os Institutos da Prescrição e da Decadência.....	616

<b>Capítulo 10 – Execução de sentença e pagamentos dos valores devidos pelo INSS .....</b>	<b>619</b>
10.1 Evolução legislativa .....	619
10.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	620
10.3 Pagamento por precatório.....	625
10.4 Do saque e levantamento dos depósitos (RPVs e precatórios)..	627
10.5 Complemento positivo .....	628
10.6 Período entre a data da elaboração da conta e da inscrição do precatório – juros de mora e correção monetária .....	629
10.7 Idosos e portadores de doença grave .....	633
10.8 Coisa julgada previdenciária .....	634
10.9 Execução do julgado .....	637
<b>Capítulo 11 – Recursos no rito ordinário e no rito dos JEFs.....</b>	<b>639</b>
11.1 Turmas recursais dos Juizados Especiais Federais .....	639
11.1.1 Aspectos destacados do Recurso Inominado.....	642
11.2 Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais .....	645
11.2.1 Aspectos destacados do Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência .....	647
11.3 Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais – TNU .....	649
11.3.1 Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	653
11.3.2 Incidente de Uniformização para a Turma Nacional de Uniformização dos JEFs – TNU .....	656
11.3.3 Agravo ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização para seguimento do Incidente de Uniformização..	659
11.4 Incidente de Uniformização de Jurisprudência ao Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	660
11.4.1 Aspectos destacados do Incidente de Uniformização de Jurisprudência para o STJ .....	661
11.5 Recurso Extraordinário (RE) no rito dos Juizados Especiais Federais .....	662
11.5.1 Aspectos destacados do Recurso Extraordinário .....	664
11.6 Destaques processuais e recursais dos JEFs.....	666
11.7 Apelação no rito ordinário.....	669
11.7.1 Da tramitação da Apelação nos Tribunais .....	674

11.8 Reexame necessário no rito ordinário .....	676
11.9 Recurso Especial .....	677
11.10 Recurso Extraordinário no rito ordinário .....	682

## Parte V

### ATUALIDADES DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

<b>Capítulo 1 – Os destinos da Previdência Social no Brasil.....</b>	<b>691</b>
1.1 Finalidade do Fórum Nacional da Previdência Social.....	692
1.2 Propostas do Fórum Nacional da Previdência Social.....	695
1.3 Conclusões sobre o FNPS.....	702
<b>Capítulo 2 – Fator Previdenciário e as perdas dos aposentados .....</b>	<b>705</b>
2.1 Projeto de Lei n.º 3.299, de 2008 .....	705
2.2 Projeto de Lei n.º 58, de 2003 .....	709
2.3 Outras atualidades sobre os Projetos de Lei e Acordos para aprovação.....	710

## Parte VI

<b>MODELOS DE REQUERIMENTOS, PETIÇÕES E RECURSOS.....</b>	<b>713</b>
---	------------

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1021</b>
---------------------------	-------------

## Anexos

<b>1. Jurisprudência selecionada .....</b>	<b>1031</b>
<b>2. Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária..</b>	<b>1107</b>
<b>3. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários .....</b>	<b>1191</b>